



O CENTRO FINANCEIRO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: perspectivas passadas e futuras

Wagner Nabarro
Universidade Federal Fluminense
wagner.wn@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

A metrópole contemporânea configura-se enquanto forma urbana bastante característica do sistema capitalista atual. Analisar sua morfologia, portanto, é também atender para as principais funções desempenhadas dentro dela. Pensar a metrópole e seu papel na contemporaneidade é, ainda, refletir sobre as atividades econômicas, políticas e sociais desenvolvidas no interior das grandes cidades. Análise que envolve compreender as dinâmicas do capitalismo atual, observando as novas relações estabelecidas entre agentes econômicos e políticos na cidade.

Tradicionalmente, centros urbanos se caracterizam não apenas pela concentração demográfica, mas também pela concentração de atividades de comércio. Tais atividades, caracterizando a economia urbana, podem envolver desde pequenos comércios até grandes sedes corporativas e os serviços a elas associados. Em nossa análise sobre as metrópoles, nos atemos sobretudo a essa segunda classe de atividade econômica, tendo em vista que ela tem um papel primordial na expansão das funções da metrópole atual.

A partir do desenvolvimento dessa esfera de negócios relacionados a grandes empresas nacionais e internacionais que se desenrola nos centros urbanos, uma elite econômica tende a se formar. Dessa forma, estabelecem-se novos padrões de urbanização tanto voltados para abrigar a miríade de escritórios corporativos, como também para fornecer moradia e serviços ao corpo funcional dessas empresas. Elementos urbanos característicos como o “centro de negócios” da cidade, os “condomínios fechados” e os “condomínios empresariais” tornam-se objeto de constante análise na paisagem urbana, estando ligados a essa dinâmica corporativa tanto



em sua construção quanto em seu funcionamento e manutenção. A própria concepção dessas novas formas urbanas relaciona-se com as intencionalidades e a visão do espaço urbano contidas no discurso corporativo.

Partimos, assim, do entendimento de que a cidade corporativa atual não apenas é caracterizada pela presença de escritórios empresariais, mas também é definida e construída com base nessas atividades corporativas. Por esse motivo, os próprios projetos e edificações da cidade são idealizados e realizados na órbita dos grandes grupos empresariais, com vistas a criar ambientes específicos de negócios, serviços e moradia que sirvam ao estabelecimento de novas atividades de negócio, preferencialmente conectadas aos circuitos globais de produção e de serviços as atividades de negócios. Esses pontos de conexão passam a integrar “espaços da globalização”, como se refere Santos (2008), baseados em redes desiguais, que exigem constante adaptação às formas e normas impostas frequente e rotineiramente por agentes exógenos.

Para melhor explorar essa montagem da metrópole na contemporaneidade, estudaremos o caso de São Paulo, que figura atualmente como a maior centralidade financeira do território brasileiro. A dinâmica das instituições financeiras na cidade nos permite observar onde as atividades de negócios centram seus interesses. Isso ocorre na medida em que, dependendo a atividade financeira de um constante fluxo de informações, de um contato frequente com empresários e funcionários de corporações, bem como de serviços tecnológicos à disposição, ela possui a tendência de buscar aqueles lugares da cidade onde se aglomeram os serviços empresariais de maior valor agregado e as sedes corporativas de maior relevância.

2 – OS TRÊS CENTROS DE SÃO PAULO

Embora a história de formação da cidade de São Paulo remonte aos inícios da colonização brasileira, é sobretudo no último quartel do século XIX que São Paulo inicia seu caminho em direção ao destaque econômico a nível nacional. Até então, com



relação às atividades empresariais, o Rio de Janeiro era o maior destaque, concentrando não apenas serviços, mas o aparelho estatal que regulava e controlava das atividades econômicas nacionais. A expansão cafeeira para o oeste do estado de São Paulo e a chegada de mão-de-obra imigrante geraram um dinamismo que permitiu investir os capitais excedentes em um processo expansão industrial que tomou forma especialmente na capital paulista.

O crescimento econômico de São Paulo não se deu sem que houvesse uma organização empresarial e institucional para este fim. A elite econômica reunida na cidade iniciou um processo de fortalecimento de suas instituições com vistas a criar meios para canalizar seus capitais excedentes e averiguar futuras possibilidades de obtenção de maior lucro e renda. As atividades relacionadas ao mercado de capitais giravam sobretudo em torno da Bolsa do Rio de Janeiro, enquanto São Paulo sequer contava como uma instituição própria. É só em 1890 que empresários paulistas se reúnem e criam a Bolsa Livre de São Paulo, que viria a se tornar, mais tarde, a Bolsa de Valores de São Paulo. Em 1894, cria-se também a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que tem um papel preponderante na organização empresarial paulista¹. Com essas instituições, entre outras, a elite burguesa organizava suas pautas, seus interesses e seus investimentos, e capitaneava uma institucionalização dos negócios financeiros na capital paulista que embasaria a consequente expansão industrial.

Esses primeiros estabelecimentos institucionais se fixaram primeiramente no que se pode chamar hoje de “Centro Antigo” da cidade de São Paulo. Logradouros como a “rua do Rosário”, a “rua do Comércio” e a “rua Álvares Penteado” abrigaram várias das primeiras atividades empresariais e bancárias da capital paulista. Cordeiro (1993) identifica, em sua análise, uma sequência de centralidades. Essa primeira de que estamos tratando, se divide entre “Centro Principal”, englobando a área do “Triângulo Histórico”, que marcou a vida de negócios do início de século e a área do “Centro Novo”, que vai da Praça Ramos de Azevedo à Praça da República. Essas regiões foram centralidades bastante fortes para a vida econômica da cidade até os anos 1950 e 1960.

¹ A ACSP também colaborou, em 1895, na retomada da Bolsa Livre, que havia encerrado suas breves atividades devido à crise do encilhamento”. A bolsa retornaria como Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo e, em 1935, adotaria o nome de “Bolsa Oficial de Valores de São Paulo”.



A partir dos anos 1970, o “Centro Paulista”, entendendo-se assim a região no entorno da avenida Paulista, ganha relevância e passa a abrigar diversas sedes e escritórios empresariais, sobretudo escritórios bancários. Antigos escritórios de corretoras ou de bancos gradativamente passam a ocupar essa área, e as novas empresas, ao se instalar, encontram nessa avenida os prédios mais atrativos. Grandes bancos nacionais como o Banco do Brasil, o Banco Itaú e o Banco Safra ocupam até hoje alguns dos famosos prédios da avenida.

A reforma do sistema financeiro nos anos 1960, promovida pelo governo autoritário, rompeu com a estrutura financeira pretérita, ainda com traços regionalistas, tendendo à instauração de um único centro financeiro de referência nacional. Ocorre uma vertiginosa concentração financeira nas metrópoles e, com isso, ocorre também a transferência da centralidade financeira do Rio de Janeiro para São Paulo. Conforme Nabarro (2016), o mercado acionário completa, nos anos 1980, a sua mudança para São Paulo e, com isso, a bolsa de São Paulo traça sua rota em direção a tornar-se a única bolsa de valores do território brasileiro. Essas mudanças no cenário econômico nacional levam um grande número de empresas de serviços financeiros a buscarem São Paulo.

É nesse contexto de absorção de empresas de serviços empresariais que situamos a transição para um terceiro centro de negócios na cidade. É a partir dos anos 1980, mas sobretudo nos anos 1990, que o “Centro Berrini/Faria Lima” ganha relevância entre as empresas. Conforme Cordeiro (1980), esse processo de formação de um “Novo Centro de Negócios” já começara a se formar na década de 1970, incorrendo na migração de empresas para os entornos das avenidas Berrini, Faria Lima, Nações Unidas e da Marginal Pinheiros. Surge assim o chamado “Quadrante Sudoeste”, que passa a abrigar as principais sedes corporativas e os serviços empresariais associados.

3 – O PAPEL DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

Ao adquirir grande relevância na economia nacional, concentrando sedes empresariais, a função exercida pela metrópole de São Paulo envolve o controle de atividades dispersas pelo território e, portanto, esta adquire um papel de controle dos investimentos nacionais. É por isso que tratamos, de acordo com o que foi proposto por



Correa (1996), do papel de São Paulo como um “centro de gestão do território”. Embora as decisões estatais a nível nacional ocorram na capital do país, Brasília, são tomadas em São Paulo grande parte das decisões empresariais, envolvendo a aplicação e a retirada de investimentos nas atividades econômicas do país.

É no sudeste do país que, segundo Santos (2009b, p. 20), se concentra a maior parte da atividade econômica envolvida com as relações internacionais do Brasil. As empresas que buscam suas conexões interacionais, portanto, buscam cada vez mais localizar-se nessa região do país. Santos e Silveira (2001) apontam, inclusive para o fato de que podemos identificar uma “região concentrada” no país, na qual se encontra maior fluidez, e o meio técnico-científico-informacional instalado permite à atividade empresarial alcançar seus ideais de aceleração e de flexibilidade. São Paulo capitaliza com esse processo, tornando-se o centro de referência desse movimento a nível nacional.

Nos dizeres, de Silva (2001, p. 62),

São Paulo ascende à categoria de Metrópole Onipresente: é o centro incontestado de decisões do país pois concentra a maior parcela das sedes de empresas no país, é primeira praça financeira, conta com sofisticado equipamento terciário e, como veremos, é agora o principal pólo produtor de informações, responsável pelo alargamento dos contextos da globalização na formação socioespacial brasileira.

Essa produção de informações e de serviços empresariais avançados ajuda a explicar, segundo Silva (2001), a “contemporaneidade de São Paulo”. Esse tipo de serviços pode ser associado à ideia de “setor quaternário” que, segundo Tomelin (1998, p. 37), é aquele voltado a “atividades de conceber, criar, interpretar, organizar, dirigir, controlar e transmitir, com a colaboração do meio científico e técnico, conferindo a esses atos um valor econômico”. São atividades que fazem grande uso de informações, uma das variáveis-chave para a interpretação do período contemporâneo, conforme as ideias de Santos (2008).

E é justamente a informação uma das garantias da permanência e manutenção de São Paulo como um centro financeiro na atualidade. Com base em Sassen (2005, p. 26), podemos apontar que a aglomeração de atividades empresariais que toma a forma dos



centros de financeiros está relacionada não apenas a razões urbanas internas, mas a fatores que envolvem e relacionam a técnica, a regulação e a divisão territorial do trabalho. Em primeiro lugar, é nas grandes metrópoles que se encontra a conectividade social pela proximidade física que é, ainda, indispensável para a dinâmica empresarial. Em segundo lugar, as alianças e fusões transfronteiriças entre as corporações, características do capitalismo atual, criam uma divisão territorial do trabalho na qual centros financeiros tendem a se articular internacionalmente. Essa articulação nos leva a um terceiro fator das metrópoles, que é a existência de elites e agendas desnacionalizadas que permitam às companhias se ambientarem na busca de maiores oportunidades de lucro e renda e se articularem com suas sedes ou parceiros internacionais.

Conforme Pasti e Silva (2013), um vigente plano de transformar São Paulo em um centro financeiro de referência nacional e latino-americano leva ao estabelecimento de mudanças institucionais e da busca pela atração de empresas. É no bojo dessa intencionalidade que buscamos entender as políticas levadas a cabo com vistas à preparação de novos ambientes de negócios, como a facilitação na aquisição de terrenos e na construção de empreendimentos voltados a sediar grandes escritórios. Afinal, para o estabelecimento desse conjunto de empresas e serviços e a formação de um centro de negócios adequado aos padrões internacionais, a forma da metrópole deve ser remodelada. Isso não ocorre de maneira espontânea, mas conta com uma colaboração explícita entre o setor público, na forma do governo municipal, estadual ou nacional, e o setor privado, na figura das grandes corporações nacionais e internacionais.

Ao analisarmos a conformação do terceiro centro de negócios, no entorno das avenidas Berrini e Faria Lima, podemos observar diversas formas de intervenção urbana através de parcerias público-privadas. Ganham bastante fama a Operação Urbana Consorciada Faria Lima e a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. O ideário de edificar São Paulo enquanto “cidade global” é estudado por Fix (2007), bem como as suas contradições ao impor um planejamento corporativo avassalador às ocupações prévias da cidade, causando o deslocamento de moradias, a reconfiguração dos bairros e a expulsão de populações, sobretudo pela alta valorização imobiliária. Rodrigues (1998,



p. 125) considera que essa cidade construída com vistas à expansão empresarial implica o “encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado”.

Surgem também investimentos em ambientes empresariais de alto padrão, como os chamados edifícios “inteligentes”, estudados por Almeida (2012, p. 1), para quem “esses novos elementos constituintes da cidade convivem de maneira conflituosa com as especificidades de uma metrópole situada em um país subdesenvolvido, marcam a produção de uma cidade desigual e corroboram um processo de urbanização corporativa”. Essas construções envolvem uma atividade constante de grupos de incorporadoras e de consultoria para execução dos projetos e levantamento das demandas, o que gera uma visão de planejamento da ocupação urbana bastante inclinada para a cidade como negócio.

Cresceu, nos últimos anos, o número de instrumentos pelos quais o sistema financeiro se interliga com o próprio processo de urbanização. A chamada “outorga onerosa”, onde fixa-se um coeficiente de aproveitamento básico inerente ao direito de propriedade, bem como os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), títulos que permitem construir edificações maiores que as autorizadas para a área tornaram-se costumeiramente utilizados nos projetos de intervenção urbana (ALMEIDA, 2012, p. 142).

O Fundo de Investimento Imobiliário (FII) vem ganhando relevância desde seu estabelecimento pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2008. Esse instrumento permite direcionar ativos, através da bolsa de valores, para a construção de imóveis rurais ou urbanos destinados a fins comerciais ou residenciais. Tornam-se apenas mais uma das modalidades de investimento disponíveis na bolsa de valores, mas uma conexão profunda entre o sistema financeiro e o processo de urbanização corporativa. Além disso, outros exemplos de instrumentos que interligam o setor imobiliário com o setor financeiro são as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), e as próprias ações de companhias do setor imobiliário, compondo assim uma carteira de investimentos urbanos facilitados pela bolsa de valores.



Essa reestruturação urbana foi feita através de

espaços da racionalidade produzidos e organizados seguindo as lógicas do acontecer hierárquico, sob a égide das técnicas informacionais, das verticalidades, de razões globais, que impõem a ordem alheia, instrumental e pragmática ao funcionamento dos lugares” (SILVA, 2001, p. 428)

Isso nos leva ao encontro do apontamento feito por Dias (2005) de que as redes, na contemporaneidade, podem trazer ordem em uma escala global, mas podem também implicar em uma desordem na escala regional ou local. Essa metrópole “contemporânea”, embebida nas redes, difere assim da metrópole “moderna”, de acordo com Lencioni (2008, p. 19). A caracterização metropolitana agora se dá pela difusão, e não mais concentração da metrópole, por um declínio na densidade e uma fragmentação na forma. Mudam também as maneiras de se relacionar com o pensamento urbano: o capital imperioso é aquele relativo à gestão empresarial, e não mais à produção; e o plano para a cidade não é mais aquele de recuperação, mas o plano estratégico, que permite a atração de novos investimentos ou de novos capitais. Impõe-se, finalmente, o espaço dos fluxos ao espaço dos lugares.

4 – A LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS: O CASO DA BM&FBOVESPA

Tendo em vista as mudanças ocorridas na metrópole, trazemos o caso da Bolsa de Valores de São Paulo para análise. Resultado de subsequentes fusões entre bolsas de valores regionais e, finalmente da fusão com uma bolsa de mercadorias e futuros, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) é, desde o ano 2000², a única bolsa de valores em operação no território brasileiro, concentrando assim todas aquelas atividades relacionadas ao mercado de ações e ao mercado de futuros, bem como uma série de instrumentos de investimento e de especulação financeira. Sua movimentação diária é observada com atenção pelos grandes agentes econômicos do país. A localização em São Paulo, no entanto, simboliza a imposição da cidade como centralidade financeira, mantida até mesmo em sua denominação atual.

² Ano em que se deu um acordo de incorporação pela Bolsa do Rio, a segunda maior do país, à Bolsa de São Paulo, conformando-se assim um monopólio bursátil, com a Bovespa absorvendo as operações das demais bolsas que, anteriormente, atuavam em diferentes regiões do país.



Mais do que isso, a localização da bolsa de valores é emblemática porque sempre se relacionou com o chamado “Centro Antigo” da capital paulista, jamais se afastando dele. Surgindo nas imediações do “Triângulo Histórico”, a bolsa circulou por muitos prédios do centro histórico, sem nunca ter logrado sair dele. Naturalmente, a subsequente mudança de prédio refletiu no crescimento econômico da instituição. Se, inicialmente, bastava um salão para a ocorrência dos pregões, gradativamente à bolsa vão sendo incorporados escritórios para as mais diversas funções, o que demanda maiores edificações.

Apontamos que nos anos 1980 iniciou-se um processo de fortalecimento de uma terceira centralidade de negócios, e a Bolsa tentaria, efetivamente, participar desse movimento. Em 1984, realiza-se a compra de um terreno localizado na Marginal Pinheiros. O terreno abrigaria a futura sede da bolsa, prevendo um crescimento e uma expansão das instituições financeiras na direção do novo centro de negócios que vinha sendo erigido na cidade. À época, a avenida Paulista, que também concentrava escritórios de advocacia, grandes bancos e empresas exportadoras, também foi cogitada para localização de um novo edifício da bolsa.

No entanto, conforme Brandão (1999, p. 93), “venceu o grupo que pregava a tradição”, e considerou-se que a bolsa deveria permanecer no centro antigo da cidade. Em vez de mudar-se, a bolsa comprou a sede do antigo Banco Mercantil de São Paulo, localizada na Rua Álvares Penteado. E, atualmente, ainda segundo Brandão (1999, p. 112), “de seu refúgio na Rua XV de Novembro, a bolsa continua a observar a cidade. Sabe que não pode sair dali. Não quer. Ao seu redor ainda estão as sedes de grandes bancos. Ela resiste, é o símbolo permanente do centro velho, a ligação de São Paulo com suas raízes. Ela excita a memória”. O entorno da bolsa de valores, cercada pela Rua do Comércio e pela Rua Álvares Penteado, possui referências diversas à bolsa, de lanchonetes a bancas de jornal.

O discurso de revitalização do centro antigo da cidade está presente nessas instituições, como ficou registrado por Azevedo (2000, p. 91) ao tratar do investimento nas reformas da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), que seria incorporada



posteriormente pela Bovespa: “deveria ser a contribuição da BM&F ao esforço de revitalização do centro e mais um passo para transformar a região num exemplo de dinamismo e bem-viver”. O ideário da revalorização e revitalização urbana ainda reflete-se, por exemplo, no relacionamento com a associação “Viva o Centro”. O discurso da revalorização urbana adotado por algumas das instituições financeiras está refletido também na associação “Associação Viva o Centro”, que se define pela busca de valores de desenvolvimento urbano na metrópole, envolvendo aspectos urbanísticos, culturais, sociais e econômicos.

Se, por um lado, a bolsa de valores opta pela localização no centro antigo da cidade, por outro suas necessidades de expansão são imediatas. O crescimento do número de transações, bem como a complexidade informacional adotada gera uma demanda por estrutura física para a manutenção de *datacenters* e de escritórios de operação. Quesitos com a disponibilidade de energia, de espaços para construção e de mão-de-obra qualificada contam na escolha locacional de muitas das empresas que oferecem serviços avançados.

Podemos, assim, explorar o exemplo da recente conclusão, pela BM&FBovespa, de um grande *datacenter* no município de Santana do Parnaíba, em 2016. Capaz de realizar atividades de pós-operação³ para as diversas modalidades de investimento da bolsa, esse centro de processamento de dados reúne tecnologias avançadas e uma grande infra-estrutura. A escolha da localização possivelmente reflete uma opção por terrenos mais baratos para construção, sem no entanto afastar-se de São Paulo, já que o município integra sua região metropolitana e possui vias de fácil acesso. Além disso, a existência de outros centros de processamento de dados e escritórios de serviços empresariais, bem como a existência de residenciais de alto padrão podem entrar na conta da escolha locacional.

Os prédios ocupados pela bolsa no centro de São Paulo, no entanto, sustenta-se enquanto bastião simbólico do capital financeiro no centro da cidade. É lá que funciona a “sede *social*” da bolsa, e é lá que fornece curso, desenvolve atividades educacionais e

³ Atividades sobretudo relacionadas ao *clearing*, envolvendo a compensação, liquidação e custódia dos ativos financeiros.



de divulgação. Apartam-se as atividades burocráticas e de processamento, criando-se assim uma divisão do trabalho dos serviços dentro da empresa no interior de uma mesma região metropolitana.

A despeito disso, a maior parte das empresas fornecedoras de serviços financeiros parece ter seguido o trajeto dos três centros de São Paulo. Conforme Alves (2015, p. 113), em 1966 era no Centro Tradicional que se localizavam todas as sedes de bancos de investimento. Atualmente, as sedes dos bancos de investimentos, assim como das corretoras e distribuidoras de valores do país se concentram em São Paulo e, dentro da cidade, sobretudo no quadrante sudoeste, com algumas das poucas instituições ainda optando por localizar-se na avenida Paulista, conforme levantado por Alves (2015) e Nabarro (2016).

As opções locacionais realizadas pela bolsa de valores, atualmente constituída enquanto uma *holding* de capital listado em bolsa e com ideais de expansão internacional de suas atividades, nos trazem assim reflexões sobre a ocupação do espaço urbano pelas instituições e empresas de serviços corporativos. Características como o papel simbólico exercido pelos centros históricos e a facilitação de acesso a municípios metropolitanos são elementos da metrópole atual que permitem imaginar novas dinâmicas de localização de atividades econômicas, mas também o futuro da visão corporativa da cidade e suas conseqüentes políticas sociais e econômicas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metrópole contemporânea é alvo de disputa entre os vários agentes que a compõem. Por um lado, ergue-se a necessidade de moradia, acesso a serviços públicos, transporte e emprego. Por outro, impõe-se a visão da cidade como oportunidade de negócios, atração de investimentos e de instalação de novas empresas. A visão de um desenvolvimento social e da cidadania encontra como obstáculo a urgência do crescimento econômico através da urbanização.

No meio disso, aponta Santos (2009a, p. 105), o poder público é chamado



a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Seguindo o movimento geral do sistema capitalista, que consagra concentrações e centralizações, a cidade do capital concorrencial cede lugar à cidade do capital monopolista ou oligopolista. Temos, agora, no caso das cidades maiores de um país, verdadeiras metrópoles corporativas.

É, portanto, necessário pensar a metrópole do futuro, e quais os planos segundo os quais ela será desenhada. Se por um lado encontramos o planejamento urbano associado à visão da “cidade como negócio”, por outro as dinâmicas políticas, sociais e econômicas associadas à concentração demográfica gera movimentos de questionamento e de ocupação do espaço urbano.

O Centro Antigo viu suas sedes corporativas partirem, mas mudou seu papel. Sobrevive enquanto referência cultural, embora tenha perdido sua centralidade econômica e, sobretudo, financeira. No entanto, subsiste a visão da valorização e revalorização urbana. Projetos como o “Nova Luz” fazem, inclusive, uso desse imaginário histórico da cidade para levantar novas possibilidades de negócio através de intervenções urbanas.

É preciso, portanto, pensar na pluralidade de situações sociais e econômicas na cidade contemporânea, que sempre se contrapõe e, por vezes, se “rebela” contra a urgência da internacionalização econômica de seus agentes. A reapropriação de espaços com vistas à eficiência, flexibilidade e fluidez dos negócios encontra, na realidade concreta, o papel político que ganha a cidade contemporânea. Assim, se temos uma série de planos de gestão pública incidindo como verticalidades, essas áreas simbolizam e escancaram a segregação dada entre a vida cotidiana e plano econômico abstrato.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Geronimo. *As consultorias imobiliárias para empresas e os edifícios inteligentes: uma análise para a cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.



ALVES, Caio Zarino Jorge. *A topologia dos bancos de investimento no Brasil: primazia urbana e formação do complexo corporativo metropolitano de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2015.

AZEVEDO, Elisabeth. *Nova sede BM&F: a praça e sua história*. São Paulo: Editora Dbá, 1999.

BRANDÃO, Ignácio Loyola. *Bolsa de Valores de São Paulo: 110 anos*. São Paulo: Editora Dbá, 1999.

CORDEIRO, Helan K. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. In: *Boletim da Geografia Teórica*, n. 16-17, 1986.

_____. A “cidade mundial” de São Paulo e o complexo coprorativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, et alli. *O novo mapa do mundo: fim do século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

CORREA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território brasileiro: uma nota. *Revista Território*, n. 1, v. 1, Rio de Janeiro, 1996.

DIAS, Leila. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FIX, Mariana. *São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LENCIONI, Sandra. *Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo*. *Revista de Geografia Norte Grande*, 39, 2008.

NABARRO, Wagner. *O mercado de capitais no território brasileiro: ascensão da BM&FBovespa e centralidade financeira de São Paulo (SP)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2016.



PASTI, André; SILVA, Adriana Bernardes. O mercado de capitais e os círculos de informações financeiras no território brasileiro. *Confins*, 19, 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton [1993]. *A urbanização brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

____ [1978]. *Metrópole corporativa e fragmentada*. São Paulo: Edusp, 2009a.

____ [1994]. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Edusp, 2009b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. The embeddedness of electronic markets: the case of global capital markets. In: CETINA, K. K.; PREDA, A. (eds.). *The sociology of financial markets*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SILVA, Adriana Bernardes. *A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2001.

TOMELIN, Mario. *O quaternário: seu espaço e poder*. Brasília: Quiosque Cultural, 1998.

WARF, Barney. Embodied information, actor-networks and global value-added services. In: BRYSON, J.; DANIELS, P. (org.). *The Handbook of Service Industries*. Londres: Edward Elgar, 2007.